

Boas práticas de gestão ambiental: onde estão as mulheres?

Angela Fontes*

Resumo: O artigo busca refletir sobre as relações de gênero tendo por referência o papel assumido pelas mulheres – protagonistas ou coadjuvantes – nos processos de participação e tomada de decisão presentes nas práticas de gestão ambiental, com recorte para a agenda verde. Considera-se o universo composto pelas mulheres do campo e da floresta. Trabalha-se com o recorte do Bioma Amazônia e as práticas inscritas na primeira edição do Prêmio Gestão Ambiental no Bioma Amazônia, lançado em 2015 pelo Programa de Qualificação da Gestão Ambiental, em execução pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM com apoio do Fundo Amazônia/BNDES.

Palavras-chave: Gestão ambiental. Políticas ambientais. Relações de gênero. Políticas para as mulheres.

Meio ambiente e mulheres: o que encontramos

Ao considerar a relação entre as mulheres e o meio ambiente encontramos forte simbologia nas reflexões que se referem aos cuidados e à proximidade que as mulheres exercem quando em contato com a natureza. Ao mesmo tempo, podemos caminhar pelos feminismos, visando compreender as relações de gênero que se estabeleceram entre mulheres e homens ao longo dos séculos nos contextos de cada época. Foram relações socialmente construídas, relações de poder, que definiram o papel a ser desempenhado pelas mulheres naquela dada sociedade. Percorrendo os caminhos das lutas femininas em prol do reconhecimento de direitos básicos de cidadania, da autonomia financeira e econômica, do salário igual para trabalho igual, assim como as formas de enfrentamento dos diferentes tipos de violência, patrimonial, sexual, física, moral e psicológica vivenciados pelas mulheres tanto no ambiente doméstico, como no mundo exterior, é possível se avaliar o quanto foi feito e o quanto ainda há por fazer.

As mulheres não vivenciam de modo homogêneo o fazer do dia a dia e sim conforme reconhece seu pertencimento às diferentes esferas da vida em sociedade – classe econômica e social, raça/etnia, crença religiosa, política partidária – refletindo-se nas tarefas que possuem tanto no espaço doméstico, quanto no público. Cada uma vivencia de modo único as relações estabelecidas no microcosmo em que habita. Conforme as possibilidades de inserção na sociedade, do acesso às tecnologias disponíveis naquele ambiente, de aquisição de informações e conhecimentos, de estabelecer contatos com outras mulheres, outros mundos, de se sentir menos vulnerável às forças sociais presentes localmente, as mulheres vão adquirindo, vão estabelecendo, estratégias de sobrevivência tanto no aspecto material quanto no emocional.

* Economista, Mestre em Planejamento Urbano e Regional, Doutora em Geografia, com área de concentração em Gestão do Território. Analista de Desenvolvimento Econômico e Social – PQGA/IBAM. Endereço eletrônico: angelafontes@ig.com.br / angela.m.m.fontes@gmail.com

Quando conseguem criar pontes com o mundo exterior, ou seja, para além de seu microcosmo, se dão conta do quanto ainda precisam caminhar. Muito provavelmente sem a consciência almejada pelos feminismos sobre as relações de poder existentes entre os gêneros. Mas com a possibilidade de questionar, de estabelecer porquês, de ir em busca de suas próprias respostas.

De modo agudizado, este contexto é vivenciado pelas mulheres que habitam o mundo não urbano visto que, além das questões do ser/tornar-se mulher, enfrentam as dificuldades das vidas isoladas, das condições precárias do cotidiano agravadas pela distância das cidades e vilas, ou seja, dos serviços públicos que em alguma medida possibilitam um viver menos penoso. São as mulheres do campo, das florestas e das águas. Por estarem mais próximas das ações de preservação e proteção do meio ambiente, essas mulheres são chamadas às atividades/ações relacionadas com a gestão ambiental, às vezes na condição de protagonistas, outras como coadjuvantes.

É na dinâmica desse cotidiano que a trabalhadora do dia a dia as encontra como agricultoras familiares, camponesas, extrativistas, quebradoras de coco babaçu, pescadoras, seringueiras, quilombolas, indígenas, ribeirinhas. Elas vivenciam, de modo muito particular, em função do isolamento em que se encontram: (i) os sistemas de produção e as práticas agrícolas, pesqueiras e florestais; (ii) as estruturas sociais que as cercam, o respeito aos saberes tradicionais locais e o manejo de áreas naturais; (iii) as dificuldades de acesso a recursos naturais, como a governança da água; tecnológicos e financeiros, como o crédito.

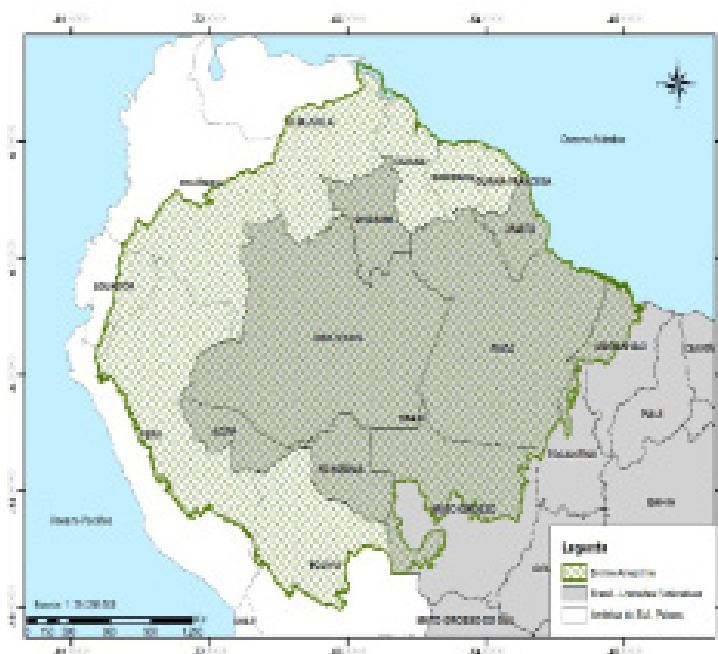
O isolamento é a marca desse viver. Os rios são as estradas cruzadas no ir e vir da escola das crianças, na ida aos mercados locais, ao posto de saúde. Reconhecendo a existência de sentimentos controversos presentes no ser humano, é possível observar, também, que nesse ir e vir são estabelecidas relações de solidariedade entre as mulheres, quando pensam sobre si e sobre o mundo, coletivizam os desafios e internalizam a busca pela justiça social e ambiental.

Viver no Bioma Amazônia

A Floresta Amazônia, maior floresta tropical do mundo, forma o Bioma Amazônia, abrangendo um território de 4.196.943 milhões de km² na América do Sul, dos quais cerca de 60% estão localizados no Brasil e os outros 40% distribuídos entre Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, Guiana, Suriname e Guiana Francesa.

Essa extensão confere papel fundamental à Amazônia para o equilíbrio do clima planetário, por meio de seus ciclos hidrológicos e atividades de sua biota, notadamente na purificação do ar pela fotossíntese, ao lado dos oceanos e suas algas. Registra números incríveis de espécies, representando a maior biodiversidade de fauna e flora entre as florestas do planeta, destacando-se todos os benefícios que estas podem nos trazer, como fármacos, alimentos e madeiras.

Trata-se do maior bioma do País, ocupando 49,29% do território brasileiro, é formado pelos estados do Pará, Amazonas, Amapá, Acre, Rondônia e Roraima e algumas partes do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso, abrangendo 530 Municípios. Caracterizado por paisagens e ecossistemas, que incluem florestas tropicais úmidas, florestas inundadas ou várzeas, savanas e uma rede complexa de rios, lagos e igarapés. Encontra-se ali, também, a maior bacia hidrográfica do mundo, com cerca de 6 milhões de km² e 1.100 afluentes¹.



dos rios em função da ausência de rodovias e ferrovias, reafirmando: os rios são as estradas.

De acordo com as estimativas populacionais para 2017, divulgadas pelo IBGE², a taxa de crescimento populacional apresenta menor ritmo que a do período anterior, mas continua em ascensão. Observados os números de distribuição entre mulheres e homens no total de habitantes, foi possível verificar que foram mantidos os percentuais relativos àquela distribuição encontrada no Censo de 2010, que

informou uma população rural total de 15,6% e urbana de 84,4%, permitindo, em raciocínio linear, calcular a distribuição por domicílio da população urbana e rural para a população estimada em 2017. Ciente dos possíveis equívocos estatísticos, mas considerando necessário estimar o tamanho do universo em estudo, temos o total de 15.356.526 mulheres rurais, ou seja, 14,5% da população total de mulheres estimada para 2017.

População residente por sexo e situação de domicílio							
Sexo	Estimativa 2017			Censo 2010			
	População	Urbana	Rural	População	Total (%)	Urbana (%)	Rural (%)
Mulheres	105.907.074	90.550.548	15.356.526	97.348.809	51	85,5	14,5
Homens	101.753.855	84.659.208	17.094.648	93.406.990	49	83,2	16,8
Total	207.660.929	175.209.756	32.451.173	190.755.799	100	84,4	13,6

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Censo 2010.

Mantendo-se o raciocínio explicitado anteriormente, foi possível construir o quadro a seguir, no qual temos para o Bioma Amazônia uma população residente estimada, para 2017, de 28.294.367 pessoas. Considerando a taxa de 14,5% no total da população feminina do bioma, encontramos o quantitativo de 2.092.368 mulheres rurais. Os números podem oscilar para mais ou para menos, mas o importante é reconhecer que representam pessoas, com seus desejos e desafios do viver o dia a dia.

A formulação de políticas, programas e projetos que visem ao enfrentamento dos problemas ambientais vivenciados pelas populações residentes no Bioma Amazônia é uma exigência a ser atendida pelos governos³ – União, Estados e Municípios – em parceria com as organizações não governamentais, organismos locais de meio ambiente, grandes e pequenos produtores, mineradores, pecuaristas,

agricultores, entre outros. Cada local expõe a necessidade de defesa de sua fragilidade.

Ao trabalhar a presença das mulheres rurais no Bioma Amazônia, é importante chamar atenção não apenas para as mulheres, mas para o conjunto de pessoas que residem nas áreas não urbanas que o compõem. São mulheres e homens cuja existência é balizada pela sociobiodiversidade, caso das Áreas Protegidas, ou caracterizada pela defesa das culturas, como nas áreas indígenas e quilombolas. Em sua maioria, são pequenas e pequenos produtores, praticando uma produção agrícola para consumo próprio, com a venda de possível excedente em mercados locais, que precisa respeitar os tempos e caminhos das águas. São mulheres e homens ribeirinhos, extrativistas, pescadores, garimpeiros, produtores de banana, milho, feijão de várzea, mandioca, dentre outras culturas.

Ao trabalhar a presença das mulheres rurais no Bioma Amazônia, é importante chamar atenção não apenas para as mulheres, mas para o conjunto de pessoas que residem nas áreas não urbanas que o compõem

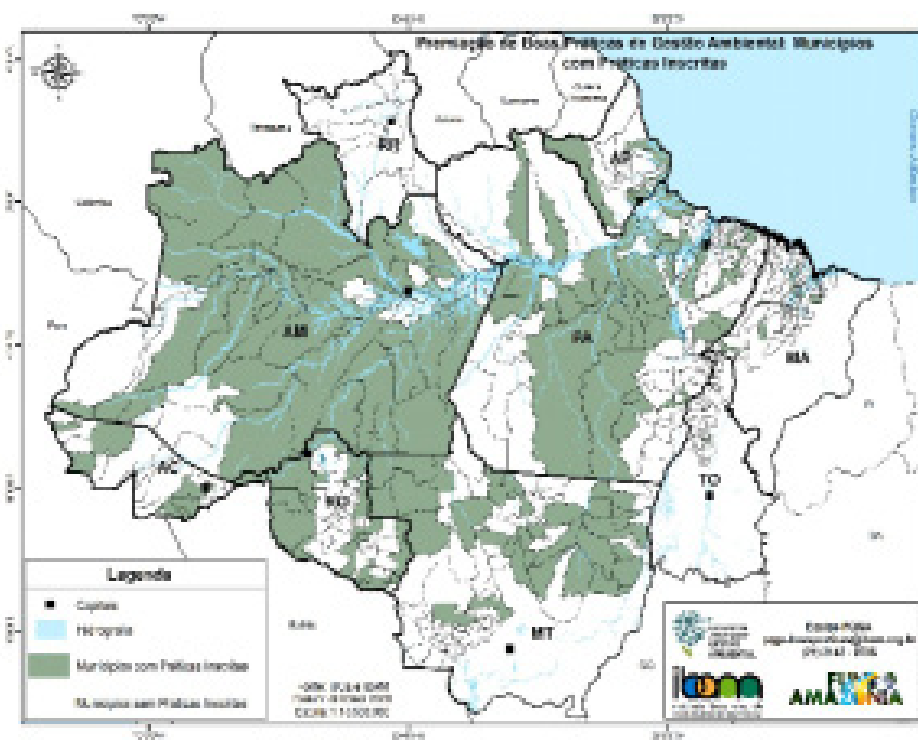
Brasil e Unidades da Federação	População Estimada 2017		
	Total	Mulheres (51%)	Mulheres Rurais (14,5%)
Brasil	207.660.929	105.907.074	15.356.526
Rondônia	1.805.788	920.952	133.538
Acre	829.619	423.106	61.350
Amazonas	4.063.614	2.072.443	300.504
Roraima	522.636	266.544	38.649
Pará	8.366.628	4.266.980	618.712
Amapá	797.722	406.838	58.992
Tocantins	1.550.194	790.599	114.637
Maranhão	7.000.229	3.570.117	517.667
Mato Grosso	3.357.937	1.712.548	248.319
Bioma Amazônia	28.294.367	14.430.127	2.092.368

Fonte: Construção própria.

Boas práticas de Gestão Ambiental no Bioma Amazônia

Cerca de dois milhões de mulheres lutam contra a invisibilidade que a geografia amazônica agrega às dificuldades enfrentadas por elas nas demais áreas rurais do País. Dificuldades também enfrentadas pelos homens, embora eles as enfrentem em outro

patamar, ou seja, naquele em que os direitos são reconhecidos, embora nem sempre atendidos e/ou respeitados. Para as mulheres, torna-se imprescindível que se apropriem de conhecimento – técnico, político, social – para que compreendam a necessidade de serem donas do próprio destino, entendendo também a correlação de forças desfavorável que as envolve.



Com o olhar direcionado aos movimentos internos feitos pelas mulheres em relação à forma como fazem uso do meio ambiente, foi iniciado processo de consulta ao Acervo de Boas Práticas de Gestão Ambiental, que acolheu o conjunto de práticas inscritas na primeira edição do *Prêmio Gestão Ambiental do Bioma Amazônia*⁴.

O Regulamento do Prêmio conceituou boas práticas como “iniciativas, projetos

e programas exitosos desenvolvidos no Bioma Amazônia que promovam o desenvolvimento sustentável, em especial aqueles que contribuam para o controle e a redução do desmatamento”. No processo de seleção, seriam avaliadas se atendiam aos critérios de “sustentabilidade, inovação, sinergia e replicabilidade; devem, ainda, resultar em parcerias efetivas e apresentar impacto tangível na melhoria da qualidade de vida”. Vale registrar que entre os critérios estabelecidos pelo regulamento para a avaliação das práticas concorrentes constou, como critério adicional, a contribuição da mesma para os processos de inclusão social e de igualdade de gênero. Embora o foco do presente estudo sejam as mulheres rurais, importante deixar claro que não ocorreu nenhuma restrição por parte das regras de participação que restringissem a inscrição de práticas de gestão ambiental desenvolvidas em áreas urbanas.

O universo pesquisado foi composto por 140 práticas inscritas, sendo que destas 10 foram premiadas e 50 consideradas habilitadas. A hipótese a ser verificada era se a explicitação da palavra mulher(es) possibilitaria a afirmação da efetiva participação das mulheres na gestão ambiental no Bioma Amazônia. Com o mesmo sentido, também foi pesquisado o uso da palavra gênero, encontrada em apenas duas das práticas inscritas, e da expressão relações de gênero, sobre a qual não foi encontrado nenhum registro. Desta forma, foi mantida a referência no uso da palavra mulher(es) para o desenvolvimento do presente estudo. Importante ressaltar que as práticas participantes do Prêmio e aqui estudadas não serão nomeadas.

A primeira aproximação foi feita considerando o universo das 140 práticas inscritas, fazendo uso dos filtros disponíveis na ferramenta de busca do acervo disponibilizado na página do PQGA⁵.

As práticas foram catalogadas em cinco categorias. Apenas em duas delas foi encontrada a palavra mulher(es) indicando uma possível participação das mulheres nas ações desenvolvidas: produção sustentável e incentivos destinados à conservação; e Governança socioambiental

O resultado encontrado informou que das práticas de gestão ambiental inscritas apenas 10, ou seja, 7% do total tinham a presença da palavra mulher(es). Das quais, com relação às habilitadas e às premiadas, apenas 4 (8%) das 51 e 2 (20%) das 10, respectivamente, faziam referência às mulheres.

As práticas foram catalogadas de acordo com cinco categorias concebidas com o intuito de fortalecer as agendas prioritárias para o Bioma Amazônia, como mostra o quadro a seguir. Das cinco, apenas em duas categorias foi encontrada a palavra mulher(es) indicando uma possível participação das mulheres nas ações desenvolvidas. Foram elas: (i) Produção sustentável e incentivos destinados à conservação; e (ii) Governança socioambiental.

A partir deste ponto, a busca foi feita guardando-se a confidencialidade dos dados nos formulários de inscrição encaminhados para o processo de seleção. Foram analisados seis formulários: quatro referentes às práticas habilitadas e dois às premiadas.

Tanto com relação às práticas habilitadas quanto às premiadas, as entidades executoras foram organizações da sociedade civil, que contaram com parcerias de universidades públicas, prefeituras municipais, instituições governamentais da área federal e instituições não governamentais internacionais.

As práticas habilitadas apresentaram os propósitos de: (i) maior participação e empoderamento das mulheres, acompanhadas pelos jovens, na atividade econômica então em desenvolvimento, com o reconhecimento da harmonia interna ao projeto criada a partir do respeito às relações de gênero; (ii) estabelecer um novo modelo de produção, que tivesse por pressuposto o respeito ao meio ambiente, com o reconhecimento do valor do trabalho da mulher, enquanto sujeito de sua história, acolhendo a necessidade de desenvolver consciência crítica

aliada à geração de renda para as mulheres; (iii) formular modelo de produção sustentável, focando na mulher do campo como ferramenta de transformação junto à agricultura familiar; e,

(iv) promover a inclusão de jovens e mulheres em apoio a uma infraestrutura melhorada a partir do uso sustentável da floresta e dos rios.

Acervo de Boas Práticas de Gestão Ambiental						
Categorias	Classificação					
	Práticas Inscritas		Práticas Habilitadas		Práticas Premiadas	
	Total	Palavra Mulher(es)	Total	Palavra Mulher(es)	Total	Palavra Mulher(es)
Ordenamento territorial e fundiário	16	0	6	0	2	0
Monitoramento, controle e recuperação ambiental	25	0	8	0	2	0
Produção sustentável e incentivos destinados à conservação	44	9	22	4	2	1
Governança socioambiental	43	1	11	0	2	1
Educação ambiental	12	0	4	0	2	0
TOTAL	140	10	51	4	10	2
% de presença da palavra mulher(es)	100	7	100	8	100	20

Fonte: <http://www.amazonia-ibam.org.br/premio-gestao-ambiental-bioma-amazonia/pratica/>

Com relação às práticas premiadas: (i) apresentou a importância do fortalecimento da mulher, de modo independente de seu lugar na família, por meio da criação de oportunidades de trabalho, com a meta de garantir a presença de 25% de mulheres nas atividades do manejo e conservação florestal a partir da consolidação de atividades econômicas. Além do reconhecimento de sua capacidade de liderança política; (ii) compreendeu a mulher de modo tradicional, vale dizer, como figura importante na formação das redes sociais e o caminho para alcançar a família, eixo das ações desenvolvidas.

Os resultados obtidos demonstraram não serem as mulheres objeto de políticas, programas e projetos por parte das instituições

executoras – governos municipais e/ou organização da sociedade civil. Tornando visível a invisibilidade da qual falamos anteriormente.

O fortalecimento das mulheres enquanto sujeito da própria história apresentou-se como um dos objetivos dos trabalhos desenvolvidos em apenas duas das práticas. Certamente a população feminina faz parte dos programas de governo, das ações que compõem a rede de proteção da assistência social, saúde e educação, prioritariamente. Entretanto, as mulheres não são vistas como protagonistas daquelas ações, mas sim como o caminho para se chegar à família. Aquela que vai cuidar para que os objetivos, e respectivas metas, sejam alcançados. Neste ponto, o que interessa aos e às formuladoras das políticas e programas

é alcançar suas metas e não compreender as mulheres enquanto pessoas, mas sim no papel de mães. Aquelas mulheres que são responsáveis pelo “bem-estar” das famílias e realizam um trabalho socialmente invisível, fundamental para o capitalismo. São as tarefas do cuidado. Cuidar das crianças e dos idosos. Cuidar da educação e da saúde. São traços de uma sociedade patriarcal que transfere para as mulheres a maior parte do trabalho reprodutivo não remunerado.

A análise realizada permite afirmar, ou reafirmar, que se o processo de invisibilidade das mulheres persiste no mundo atual como um todo, mais forte ainda se torna no mundo rural, sendo que, na Amazônia, o rural adquire cores e grandiosidade próprias.

Políticas Públicas para as Mulheres

Assim, dado o universo estudado, a hipótese formulada e os resultados obtidos, fica a pergunta sobre como estabelecer um diálogo com essas mulheres a partir da gestão ambiental. Nesse sentido, é necessário reconhecer a inserção desigual na vida pública e a confirmação dos papéis diferenciados desempenhado por mulheres e homens nos espaços público e doméstico, na complexidade atual dos mundos urbano e rural.

Cabe também o questionamento sobre como a mulher rural compreende a diferença entre os trabalhos domésticos realizados no dia-a-dia e aquele trabalho com valor de mercado, se ambos estão tão próximos. É abrir a porta da cozinha e estar na outra esfera do mundo do trabalho. A esfera da roça, das plantações, do cuidado com os animais, enfim um mundo de afazeres que sustenta a família e em algumas situações produz um excedente, excedente esse que vai ao mercado e aí, então, adquire valor, adquire preço. Nesse ponto do fluxo produção/comercialização, no mais das vezes, a figura masculina surge como o interlocutor com o espaço externo, explicitando o papel de coadjuvante desempenhado pela mulher.

Portanto, o desafio é tornar visível a posição vivenciada pelas mulheres no que diz respeito ao trabalho que realizam. Vale o registro de que as ocupações e setores produtivos onde

predomina a força de trabalho feminina, em geral, são vistos como “transbordamento” das funções de cuidado exercidas pelas mulheres nos espaços doméstico e familiar. Estudos recentes demonstram que esse trabalho tende a ser subvalorizado social e economicamente⁶.

Certamente o enfrentamento do hiato de gênero e de raça/etnia existentes na sociedade ultrapassa o mundo do trabalho, vai além de ações governamentais. Entretanto, cabe também à esfera do poder público acompanhar e fortalecer os processos de mudança necessários para que se tenha uma sociedade menos desigual, com maior grau de equidade.

Importante ressaltar a década de 1990, marcada por Conferências Globais, realizadas com objetivo de aprofundar e comprometer os governos e povos com um novo marco de direitos e significado de desenvolvimento. Foram traduzidos conceitos sobre as formas de desenvolvimento que dialogaram com praticamente todos os temas das cúpulas promovidas pela ONU de 1992 até o início dos anos 2000.

Durante a Cúpula da Terra, como ficou conhecida a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, foram assinados documentos de comprometimento dos governos com o meio ambiente. Entre eles destaca-se a Agenda 21, que foi para além das questões ambientais, abordando: (i) pobreza e dívida externa dos países em desenvolvimento; (ii) padrões insustentáveis de produção e consumo; (iii) pressões demográficas e estrutura da economia internacional. A Agenda 21, em seu Capítulo 24, destaca o tema “gênero e meio ambiente”, afirmando o papel da mulher no desenvolvimento sustentável, propondo que os governos avancem na implementação de estratégias que contemplem seu papel fundamental na dimensão sociopolítica das questões ambientais⁷.

No espaço nacional a aproximação dos movimentos feministas e de mulheres das esferas governamentais é histórica. A luta pelo enfrentamento à violência contra as mulheres das décadas de 1980 e 1990, a criação dos Conselhos dos Direitos das Mulheres nas três

esferas de governo e de organismos executores de políticas para as mulheres alcançam respostas na primeira década do século XXI, quando ocorrem as Conferências das Mulheres: partindo-se de conferências municipais para as estaduais e chegando à nacional, as mulheres levam suas demandas históricas para o palco de debates e propostas de diálogo entre governo e sociedade civil.

No período de 2003 a 2015, foram realizadas quatro Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres. A IV Conferência ocorreu às vésperas da destituição do poder da primeira mulher eleita presidenta do Brasil. Mudanças ocorreram na estrutura administrativa do governo federal e com relação às políticas para as mulheres: a partir de maio de 2016, as funções da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), criada em 2003 com status de Ministério, perderam espaço e foram incorporadas ao Ministério da Justiça e Cidadania. Em 2017, nova reestruturação administrativa agrega a SPM à Secretaria de Estado de Governo (SEGOV).

Desde então, o eixo orientador das políticas públicas para as demais esferas de governo – municípios, estados e distrito federal – tem sido o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015 – PNPM⁸, organizado em 10 capítulos. Importante registrar que o PNPM é resultado de uma construção que contou com a participação da sociedade civil, movimentos de mulheres rurais e urbanas, feministas e organismos estaduais e municipais de políticas para as mulheres, através das Conferências de Mulheres municipais, estaduais e nacional.

Ressaltando o caráter transversal e complexo da implementação do PNPM, vale chamar atenção para os capítulos 6 e 7 – Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social e Direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta – respectivamente. O capítulo 6 trata

da “democratização do acesso aos bens da natureza e dos equipamentos sociais e serviços públicos”. O capítulo 7 tem por objetivo “promover o fortalecimento econômico e o direito à vida de qualidade das mulheres no meio rural, respeitando as especificidades das mulheres do campo e da floresta e comunidades tradicionais, com garantia do acesso à terra, bens, equipamentos e serviços públicos”⁹. Significa dizer, levar até o lugar mais distante, mais isolado, o conhecimento sobre direitos e deveres enquanto cidadãs. Fortalecer as organizações produtivas das mulheres rurais, garantir o acesso ao crédito, à possibilidade de comercialização, à documentação básica que permitirá à mulher rural existir socialmente e ter acesso às políticas públicas vigentes.

O desafio proposto é mostrar à sociedade e ao Estado brasileiro que não somos só mães, nem só força de trabalho, que somos um todo bem maior que a soma dessas partes.

É no sentido de enfrentar esse desafio que os movimentos feministas e de mulheres estão empenhados em atuar junto aos governos, em suas três esferas, aos sindicatos, às organizações da sociedade civil, enfim, alterar a lógica do lugar comum do cotidiano. É desvendar o status e o poder a ser reconhecido no interior da família. É expor como ocorrem as relações entre homens e mulheres nos dias atuais. É explicitar o papel exercido no interior da família e da coletividade em que atuam.

O viver amazônico exige articular o amanhã ao tempo presente, compreender as relações sociais que formatam tanto projetos pessoais quanto coletivos, abraçar o avanço técnico-científico em prol da inclusão de pessoas alijadas da modernidade permitida por esse mesmo avanço. Sem fazer uso de um discurso vitimista, é preciso ressaltar que para as mulheres as possibilidades de ser parte do processo de modernização científica do espaço

O viver amazônico exige articular o amanhã ao tempo presente, compreender as relações sociais que formatam tanto projetos pessoais quanto coletivos, abraçar o avanço técnico-científico em prol da inclusão de pessoas alijadas da modernidade permitida por esse mesmo avanço

em que vivem, de fazer valer seu entendimento do que compreende a gestão ambiental, de participar do enfrentamento aos impasses ambientais considerando não apenas o seu entorno próximo, ultrapassa os limites do cotidiano passando a permear os aspectos culturais da sociedade em que vivem. Nesse contexto também é importante registrar que o poder político, resultante das eleições de 2016, continua majoritariamente masculino. No espaço dos 530 municípios do Bioma Amazônico, as mulheres representam 14% da vereança e 16% do executivo municipal, entretanto, média acima da brasileira de 13,5% e 11.6%, respectivamente.

Completando o quadro, a presença de mulheres ocupando cargos de direção na área ambiental ainda é baixa, o que não difere dos demais setores nas administrações governamentais. Mesmo assim, ressalta-se que essa sub-representatividade está refletida na formulação das políticas ambientais, pensadas na perspectiva de um (re)conhecimento masculino sobre o viver no mundo. No mesmo espaço e tempo, grupos feministas e de mulheres que se fazem presente na Amazônia, guardiãs dos saberes tradicionais, denunciam os impactos sofridos pela humanidade quanto aos danos causados ao meio ambiente, e particularmente, os perigos mais evidentes que ameaçam o Bioma Amazônia.

Notas e referências bibliográficas

¹ Programa de Qualificação da Gestão Ambiental – PQGA, em execução pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM com recursos do Fundo Amazônia/BNDES. www.amazonia-ibam.org.br

² Estimativas populacionais para 2017. IBGE, Diretoria de Pesquisas - DPE, Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. www.ibge.gov.br/

³ PQGA/IBAM. Mapeamento de Oportunidades para Gestão Ambiental Adequada na Amazônia. Banco de dados on-line. <http://www.amazonia-ibam.org.br/biblioteca/>

⁴ ROMANI, Andrea Pitanguy de. A garça e as boas práticas: do conhecimento individual ao aprendizado coletivo. *Revista de Administração Municipal – RAM*. Edição nº 290. Rio de Janeiro. 2017.

⁵ Sobre a premiação das boas práticas de gestão ambiental ver <http://www.amazonia-ibam.org.br/premio-gestao-ambiental-bioma-amazonia/>

⁶ GEORGES, Rafael e MAIA, Katia (coordenadora). *A distância que nos une*. OXFAM Brasil, São Paulo, 2017.

⁷ Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Capítulo 24 - Ação Mundial pela Mulher, com vistas a um Desenvolvimento Sustentável e Equitativo. Capítulo 24 - Agenda 21 - Ministério do Meio Ambiente. http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/cap24.doc

⁸ Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015*. Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

⁹ Idem, p.12.